



Violências epistêmicas, colonialidades e fronteiras de África: saberes, poderes e territórios

Rodrigo Corrêa Teixeira¹

RESUMO

As violências epistêmicas e as colonialidades moldaram profundamente os saberes, os poderes e os territórios africanos. Historicamente, a partir da configuração do Sistema-Mundo Moderno, elementos de um conhecimento eurocêntrico desqualificaram e subalternizaram as cosmologias, as ontologias e as epistemologias africanas. Essa dominação não se restringiu apenas ao plano intelectual, mas se desdobrou em estruturas de poder que redefiniram fronteiras, fragmentaram territorialidades ancestrais, ao mesmo tempo que outras configurações se delinearam: a natureza transformada em recursos naturais amplamente exploráveis, caminhos impostos para drenagem de seres humanos e mercadorias extraídos numa pilhagem no transcurso de séculos. As fronteiras arbitrárias do período colonial, por exemplo, foram tanto utilizadas na perspectiva de “dividir para dominar”, quanto no viés de “agregar para dominar”. Ou seja, interrompeu-se configurações tradicionais na organização das gentes e das terras, das sociedades e dos territórios, e se impôs ordenamentos hegemônicos. No entanto, para além dos instrumentos de controle e exploração, houve continuamente sobrevivência, resistência e existência da agência africana em busca da autonomia roubada dos saberes subalternizados. Busca-se caminhos para redefinições de identidades e territórios, em diálogo com as ancestralidades, mas também articulada com outras possibilidades de existir, necessárias para as emancipações do século XXI.

Palavras-chave: África; violências epistêmicas; colonialidade; fronteiras; Pan-africanismo.

¹ Professor do Programa de Pós-Graduação em Geografia – Tratamento da Informação Espacial e do Departamento de Relações Internacionais da PUC Minas. Graduado e Doutor em Geografia (UFMG); Mestre em História (UFMG); Especialista em Relações Internacionais (PUC Minas); Co-líder do Núcleo de Estudo das Colonialidades - NEC (CNPq/PUC Minas). E-mail: rteixeira@pucminas.br.



Os ancestrais queriam saber qual era a pior coisa que poderia acontecer ao ser humano. E eles disseram rapidamente: a doença. Bom, eles tinham razão, quando estamos doentes não podemos fazer nada. Mas depois chegaram à conclusão que não era a doença, mas a morte. Depois eles disseram, bem não é a morte, porque a ressurreição existe. Então continuaram a procurar e finalmente disseram: é a ignorância. Então todos concordaram. Mas agora eles precisavam descobrir quem seria o mais ignorante de todos. Então, eles chegaram à conclusão de que o mais ignorante de todos é aquele que não foi ao encontro dos outros.²

Introdução

A minha história de ensino, de extensão e de pesquisa esteve (e está) sempre muito associada à Geografia Humanista Cultural e à Geopolítica. Em princípio, isso me parece definidor do enquadramento da agenda de investigação que venho consolidando – “África-Mundo” – para genericamente apresentar a temática: é um recorte de entre os possíveis mundos a serem contemplados, que, à luz das minhas experiências como professor, extensionista e pesquisador, me estimula a pensar questões do cotidiano, entre essas: alteridades políticas, nós e os outros, diferenças, desqualificações, hierarquias e subalternidades. Assim, se coloca uma questão de partida: de que maneira as violências epistêmicas e as colonialidades da Modernidade desestruturaram as territorialidades e os saberes ancestrais africanos, e como a agência africana, através da revalorização de suas cosmologias e epistemologias, atua hoje na busca pela emancipação e na redefinição de identidades e territorialidades no século XXI?

Inicialmente, os caminhos desta pesquisa foram delineados por um conjunto de questões que, por sua vez, podem se desdobrar em várias outras. Isso significa, dentre outras coisas, que não há uma pergunta única de pesquisa ou apenas uma exclusiva questão em torno da qual gravitaria todo o processo de pesquisa. Há questões. Algumas delas são mais centrais que outras. Por sua vez, a escolha de todas elas não se deu de forma deliberada e, tampouco, se deu por acaso, pois elas mesmas são originárias de uma particular experiência de leitura, de ensino, de extensão e de pesquisa. Além disso, a construção das questões – ou dos problemas de pesquisa, como a eles comumente se refere quando da estruturação de um projeto – se deu

² BERNAT, Isaac. *Encontros com o griot Sotigui Kouyaté*. São Paulo: Pallas, 2013, p. 194.



simultaneamente à delimitação teórica do objeto e, certamente, à focalização do próprio tema de investigação.

Pode-se dizer que a delimitação teórica do objeto se trata de um exercício que se faz a partir da temática – e isso significa que a existência da temática, em princípio, é anterior à construção do objeto pelo sujeito; e que se trata de um exercício que, ao construir o mundo abordado pela pesquisa, diz a própria pesquisa através do que ela anuncia e do que ela deixa de anunciar como de seu interesse.³ Caberia, aqui, para muitos, uma reflexão acerca de algo que se faz muito presente nas discussões que se referem ao campo metodológico. No que diz respeito ao tema de pesquisa, diz-se que se faz o recorte do mesmo. No entanto, seria muito difícil dissociar a referida escolha da trajetória de vida acadêmica do pesquisador; ou seja, não se trata precisamente de uma escolha, mas, de alguma maneira, da explicitação do envolvimento do pesquisador com temática.

Poder-se-ia enumerar algumas dessas questões e, sumariamente, discutir cada uma delas com o propósito do seu esclarecimento. Por outros caminhos, o exercício permitiria a compreensão da pesquisa ou, mais particularmente, do que se pretende pesquisar. Isso significa que a compreensão da pesquisa se dá, também, pelo anúncio dos problemas de pesquisa ou, mais amplamente, pelo anúncio do próprio objeto que é construído quase simultaneamente à construção de questões consideradas essenciais.

Imagem e conhecimento da África: a invenção dos “outros” no Apartheid Global

Como o espaço africano é representado e imaginado? A leitura da presente questão, em princípio, poderia sugerir o seu desdobramento em duas. Entretanto, não apenas duas, mas uma infinidade de outras questões – e todas elas articuladas – sugere o caráter mais que genérico e vago da pergunta que, por princípio, deverá orientar o pensamento e a reflexão que aqui se propõe. A representação do espaço africano pode se dar através dos mais variados modos de dizer o mundo. No âmbito da geografia, por exemplo, a cartografia é um dos modos rotineiros de dizer a África e, articulado a esse

³ Cf. ECO, Umberto. *Como se faz uma tese*. 27.ed. revista e aumentada. São Paulo: Perspectiva, 2019.



modo cartográfico de dizer o mundo, variados jargões se firmaram na construção do próprio discurso geográfico e geopolítico referente ao continente: uma colcha de retalhos, por exemplo.

Outro modo de representação do continente africano que, por sua vez, é muito mais presença no imaginário do que propriamente representação, consiste em uma estranha metamorfose de caráter espacial: de continente a país; de mundo diverso a homogêneo. África. Algumas associações muito presentes – obrigatoriamente tendo no exterior da África a sua existência – fazem uma mostra do conteúdo imaginário que, por sua vez, está articulado à imaginação que se tem feito, ao longo da história, acerca do continente: a África e o negro; a África e a fauna – e uma espécie de fauna; a África e a savana; a África, a pobreza e as pandemias.

As representações do espaço africano abrem perspectivas para diálogos com outras categorias de análise, por exemplo a noção de lugar. Como expressão polissêmica, “lugar” traz um universo de significados e de possibilidades interpretativas⁴. Espaços e lugares de África, que nos levam tanto às geograficidades complexas, quanto às historicidades desenvolvidas no “tempo espiralar”, nas espirais do tempo, que “tudo vai e tudo volta”.⁵ As temporalidades de África entrelaçam-se às geograficidades, causas e efeitos de ritmos e de lugares próprios e remotos.

Em princípio, o que mais interessa – em termos das questões a orientar a pesquisa – é a construção crítica acerca da África inventada pela visão de mundo eurocêntrica, por um lado, e, por outro, a construção crítica de uma África reinventada a partir de visões de mundo que se contrapõem ao pensamento hegemônico, colonialista.

Em decorrência destes questionamentos preliminares surgiram problemáticas progressivamente mais complexas: como construir um saber geopolítico africano sem fechar-se ao outro; e como consentir na existência do outro, na existência de todos os outros, sem renunciar a si mesmo? Assim, em outras palavras, como construir um

⁴ RELPH, Edward. Reflexões sobre a emergência, aspectos e essência de lugar. In: MARANDOLA JR., Eduardo; HOLZER, Werther; OLIVEIRA, Livia (org.). *Qual o espaço do lugar?: Geografia, epistemologia, fenomenologia*. São Paulo: Perspectiva, 2012, p. 17-32. MARANDOLA JR., Eduardo. Lugar e lugaridade. *Mercator*, Fortaleza, v. 19, p. e19008, 2020.

⁵ MARTINS, Leda Maria. A oralitura da memória. In: FONSECA, Maria Nazareth Soares (org.). *Brasil Afro-Brasileiro*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000, p. 61-86.



saber geopolítico africano que seja uma alternativa aos fundamentalistas do eurocentrismo, de um lado, e do afrocentrismo de outro, mantendo a compreensão do mundo sem abrir mão de um olhar africano?

Uma das essenciais motivações para o desenvolvimento da presente pesquisa diz respeito ao suposto esgotamento epistemológico do modelo eurocêntrico de compreensão da África. Isso se percebe no âmbito da produção das ciências sociais e, em particular, também no âmbito da geografia. Portanto, em contraposição à dita compreensão eurocêntrica da África, também no interior das ciências, já se fazem perceber abordagens teóricas alternativas, críticas, contra-hegemônicas e emancipatórias. Ainda assim, o que se pode dizer é que ainda há uma predominância explícita das abordagens mais conservadoras.⁶

Desse modo, o objetivo geral dessa pesquisa é, em primeiro lugar, compreender a natureza desse mundo que aprendemos a chamar de África e, certamente, a partir daí, discutir a origem da construção eurocêntrica desse continente marcado pela colonialidade. Em segundo lugar, é também objetivo da pesquisa compreender as diversas possibilidades de reinvenção – através dos discursos e das variadas representações – da África através de abordagens que se contrapõem às convencionais ou conservadoras. Em determinadas passagens aqui imagina-se que algumas motivações levarão às reflexões acerca da relevância de algumas experiências sociopolíticas africanas na construção dos saberes, abrindo-se notas para a construção de um debate acerca de aspectos envolvendo poder, conhecimento científico e geopolítica. O atual contexto de ressurgimento das visões imperiais cria a necessidade urgente de uma descolonização da imaginação. Com mais vigor, sobretudo após o 11 de setembro de 2001, as práticas geopolíticas tendem a assumir uma aura imperialista ao mesmo tempo em que emergem, mais explicitamente, as críticas às referidas práticas. O espectro das interpretações é extenso e, portanto, as vias de pensamento esboçadas aqui representam uma tentativa de contribuir para uma série atual de estudos que desafiam antigas e novas formas de perspectiva colonial e imperial.

⁶ TEIXEIRA, Rodrigo Corrêa. África: memória e projeções de desenvolvimento. *Conjuntura Internacional*, Belo Horizonte, v. 16, n. 2, p. 2-6, 2019.



A metodologia de pesquisa encaminha, explicitamente, a proposta de releitura bibliográfica: vasta literatura: texto sobre texto; leitura sobre leitura. A presente proposta que constitui a metodologia pretende questionar as relações identitárias de dominação hegemônicas e de subalternidade. As relações de dominação e de subalternidade se estabelecem através de práticas mais explícitas, mas, também, através de sinais nem sempre perceptíveis. O dominante conserva e amplia o seu poder não somente pela coerção. Em muitas circunstâncias, ele se serve também de sutilezas no âmbito do exercício do poder para que o dominado legitime a sua posição hierárquica. No entanto, contraditoriamente, ao legitimar a posição hierárquica do dominante, o subalterno reforça a presença da subalternidade nas relações de poder. Em grande medida, sutilezas como essa poderiam mascarar processos de dominação, mesmo em sua condição mais explícita e, nos discursos mais convencionais, isso pode também ser percebido em missões com o propósito de levar a civilização para os povos tidos como atrasados culturalmente. A consideração de tais referências, além de outras, é indispensável para a leitura da invenção da África sob o paradigma do eurocentrismo. A invenção da África pelo eurocentrismo se dá a partir das referências originárias das relações de dominação e de subalternidade. O estudo desse processo é objetivo da presente pesquisa.

Pensar as geografias da África contemporânea significa, por um lado, pensar a partir de políticas que impõem uma dependência colonial de longa duração a todos os povos colonizados na era da globalização. Por outro, o estudo se propõe também a realizar uma interpretação contra hegemônica das representações construídas e difundidas pelas abordagens convencionais. Assim, busca-se refletir acerca das conexões entre as descrições – e outras variadas representações – acerca da África e o poder legitimado que este discurso representativo possui no meio acadêmico: seus vícios, suas limitações, e seus mecanismos de opressão em decorrência da hegemonia do discurso.

Seria necessário enfileirar palavras para encaminhar significados à justificativa de pesquisa? Em meu modo de tudo ver com relação ao que se denomina de África, todas as palavras seriam em vão, diante dos jargões que vão se acumulando ao longo



da história das publicações versando sobre o continente e, principalmente, sobre a necessidade e importância de se saber mais; de se conhecer mais não apenas África, mas, principalmente, as nossas ignorâncias referentes a esse mundo. Talvez, nós nos conhecêssemos mais se pudéssemos conhecer um pouco mais de África.

A transformação da noção de Estado é um tópico frequentemente debatido tanto em geopolítica quanto nos estudos pós-coloniais. Isto é especialmente verdadeiro em relação ao continente africano: a “construção” do Estado na África tem sido confrontada, mais do que em qualquer outra região geopolítica, com inúmeros desafios. Em determinados momentos históricos e áreas geográficas, as estruturas estatais colapsaram, transformando, assim, a África contemporânea num ícone de degenerescência estatal. Em particular, as periferias e zonas fronteiriças de muitos Estados pós-coloniais da África contribuíram para a emergência de formas de poder locais ou mesmo transfronteiriços, o que parece sugerir o final da perspectiva do Estado como ator principal no sistema internacional marcado pela globalização.

Sabe-se que as fronteiras políticas separam os Estados e estruturam o mundo contemporâneo. No entanto, surgem algumas questões: o que é uma fronteira? Para que servem as fronteiras? Quem as têm traçado e quem segue traçando-as? Por que segue havendo conflitos ou tensões em torno de questões territoriais na era da internet e da globalização? Como explicar a diversidade das fronteiras? Quais são os efeitos destas sobre as sociedades? Pode-se dizer que na África a fronteira precede o Estado que, por sua vez, seria anterior a nação?

Os Estados da África não podem ser divididos entre aqueles que têm raízes históricas profundas e que são, por conseguinte, legítimos, e aqueles que resultam de criações coloniais “artificiais” e que são, conseqüentemente, ilegítimos. Todos os Estados do mundo, enquanto entidades políticas, coercitivas e administrativas que governam territórios e populações delimitados, são criações modernas. A partir da compreensão do papel do Estado na África, uma questão se coloca: como produzir uma geopolítica africana?

A semântica da palavra fronteira guarda uma forte conotação militar. Trata-se de um derivado do substantivo front, ou frente, empregado, no período medieval, para



designar uma ordem de batalha dada àqueles que se encontravam na vanguarda das tropas combatentes, caracterizadas pela consolidação de postos avançados de defesa “fortificações” nos confins dos reinos em guerra.⁷ Na medida em que era uma ação levada a cabo por aqueles que se encontravam em face do inimigo externo, o front pode ser caracterizado como um evento pontual e temporário, que ocorre de forma descontínua no espaço.

Na modernidade, há uma evolução do termo limite no sentido jurídico de separação entre unidades soberanas. Essa prática espacial não existia no medievo: o estabelecimento de limites territoriais precisos à soberania – que hoje é tão familiar – é tributária de processos que começam a se delinear a partir da Renascença europeia. O desenvolvimento da cartografia e a concomitante centralização administrativa dos reinos europeus provocaram uma mudança na escala de representação: a ideia de entraves à circulação e ao exercício da autoridade até então vivenciada somente em grande escala – nas “práticas cotidianas das populações limítrofes” –, é incorporada à representação do espaço em pequena escala.⁸ Trata-se da passagem de “uma representação ‘vaga’ para uma representação ‘clara’”.⁹

A progressiva demarcação de limites lineares e contínuos entre os reinos (instrumentalizada pela crescente produção de mapas) concorreu também para a centralização do poder monárquico, na medida em que permitiu a gestão e organização à distância de um território que passa a ser percebido, internamente, como isonômico (submetido a um mesmo conjunto de leis) e relativamente homogêneo.¹⁰

A fronteira, destacada ou não como característica essencial do Estado-nação, sempre existe e é vital – é a linha ou faixa periférica que contorna o território, de cuja soberania o Estado não pode abdicar. Sendo, como é, uma região periférica, é a faixa de contato com outras soberanias, com o mar ou com o espaço aéreo cujos limites jurídicos e o direito de utilização são regulados por leis internacionais. As fronteiras

⁷ FOUCHER, Michel. *Fronts et frontières: un tour du monde géopolitique*. Nouvelle édition entièrement refondue. Paris: Fayard, 2005, p. 78.

⁸ FOUCHER, *Fronts et frontières*, p. 81.

⁹ RAFFESTIN, Claude. *Por uma Geografia do poder*. São Paulo: Ática, 1993, p. 169.

¹⁰ RAFFESTIN, *Por uma Geografia do poder*. FOUCHER, *Fronts et frontières*.



são, portanto, regiões sensíveis, onde os direitos soberanos dos Estados se contatam fisicamente. As fronteiras não servem apenas de meio de separação, mas também de interpenetração de culturas, interesses e objetivos diferentes.

Quais os tipos de intercâmbio mediados pelas fronteiras internacionais? Parte-se da premissa que os Estados constituem um sistema (entre outros) de organização social, caracterizando-se por pertencer a uma ordem de tipo territorial. Assim, há um intercâmbio fundamental entre a unidade territorial delimitada e seu ambiente, o conceito de ambiente servindo como uma categoria de análise que compreende todos os fatores relevantes não incluídos sob o conceito de unidade. Mudanças significativas na função dos limites ocorrem a partir de mudanças no ambiente.

É necessário fazer alguns comentários sobre os processos que delinearam o mapa político da África contemporânea. A repartição territorial do continente consubstanciada na Conferência de Berlim (1884-1885) – destinada, fundamentalmente, a regular a exploração comercial da bacia do Congo – traça as linhas que irão estabelecer as fronteiras dos países africanos de forma quase definitiva. Houve pouquíssimas alterações desde então.

A compreensão da noção de fronteira no desenvolvimento histórico da África para qualquer período anterior à colonização europeia é uma tarefa complexa em virtude da falta de dados. Assim, “as fronteiras políticas em si mesmas, ou o conceito de fronteira como linha reta não existiam na África pré-colonial”.¹¹

Aplicar a categoria de análise fronteira tal como concebida no pensamento eurocêntrico às realidades africanas é, no mínimo, criar uma impressão enganadora da história da África. Trata-se de uma questão urgente compreender as noções socioculturais que implicam nas solidariedades territoriais e as cisões estabelecidas pelas unidades políticas e pelas rotas comerciais. A partir disto, delineia-se um problema: na África, em relação às etnicidades, as fronteiras são “obstáculos”, “zonas de contato” ou áreas de travessia?

¹¹ DÖPCKE, Wolfgang. A vinda longa das linhas retas: cinco mitos sobre as fronteiras na África Negra. *Revista Brasileira de Política Internacional*, [S. l.], v. 42, n. 1, 1999, p. 78.



Há um conceito importante neste ponto da pesquisa, a noção de Antiguidade africana,¹² que implica num conjunto de processos históricos (sociedade, economia e política) anteriores às transformações trazidas pela chegada da civilização árabe muçulmana e a presença cristã-europeia na África.

Em um contexto histórico de emergência de uma sociedade internacional europeia,¹³ as linhas gerais da repartição territorial imperialista, objeto de discussão na Conferência de Berlim (1884-1885). A conferência internacional, convocada pelo Chanceler alemão Bismarck, concentrou as suas discussões nos problemas da navegação e do comércio nos rios Congo e Níger, e nas formas de apropriação colonial de territórios africanos. Além dos Estados europeus, a conferência contou com a presença de representantes dos Estados Unidos. Mas contrariamente à vasta mitologia histórica e diplomática, o conclave imperialista não repartiu o continente em colônias, limitando-se a fixar princípios para evitar conflitos entre as potências europeias que se lançavam à África. Os tratados de partilha e fronteiras começaram a ser firmados em 1890, enquanto as potências apressavam-se em estabelecer bases coloniais, a fim de garantir a soberania sobre os territórios africanos.

Visualizando a cartografia dos Estados africanos e suas fronteiras, de imediato, vem à mente o que foi perspectivado na Conferência de Berlim. Pode-se entender que se tem exagerado e mistificado a importância da referida Conferência na precisão das fronteiras coloniais africanas.¹⁴ No entanto, é inquestionável que tem sido com as fronteiras então delineadas que a comunidade internacional tem se contentado, uma vez que as legitimou sem as questionar.

A fixação das fronteiras africanas subordinou-se aos interesses da exploração dos recursos naturais e do comércio local pelas potências colonizadoras e, no movimento feroz da ocupação efetiva que urgia, as potências europeias não tiveram nem poderiam ter tido em conta (não se evitar o anacronismo), a realidade pré-existente: é que só então os europeus se viram obrigados a penetrar numa África

¹² LOPES, Nei. *Dicionário da Antiguidade Africana*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

¹³ WATSON, Adam. *A evolução da sociedade internacional: uma análise histórica comparativa*. Brasília: Editora UnB, 2004.

¹⁴ WESSELING, Henk. *Dividir para dominar: a partilha da África, 1880-1914*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1998. BRUNSCHWIG, Henri. *A partilha da África Negra*. São Paulo: Perspectiva, 1974.



profunda que desconheciam e que tinha estado entregue às suas próprias dinâmicas internas até à hora da repartição territorial.

Apesar da não contestação das fronteiras traçadas em Berlim (1884-1885), havia dinâmicas territoriais pré-existentes à divisão que em muito condicionariam os contextos do desenvolvimento dos países africanos que ascenderiam à independência, na sua grande maioria, na segunda metade do século XX. Pouco estudadas ou mesmo esquecidas, essas mesmas dinâmicas são hoje recuperadas para a compreensão da África.

Somente na aparência cartográfica a divisão colonial tinha simplificado as relações políticas no continente. Onde anteriormente tinha havido centenas de clãs e de linhagens independentes, supostas Cidades-estados, reinos e impérios com fronteiras, frequentemente móveis e indefinidas, havia agora Estados com fronteiras fixas e com uma capital. Mas através da definição das fronteiras e fazendo tábua-rasa das organizações sociais, administrativas e políticas preexistentes a Europa abafou, nem sempre de forma pacífica, polos e fontes de conflito que teriam seguido um percurso natural até à sua resolução.

A repartição imperialista enxertou e reinventou em África o conceito de Estado-Nação ocidental que na Europa foi resultado de uma sedimentação lenta e de muitos séculos. Enxertou em África um conceito de Estado-Nação que pressupunha, para além de um território com demarcação reconhecida, uma população minimamente integrada (em termos culturais, linguísticos e religiosos, entre outros) e uma economia que permitisse condições de vida e graus de autonomia aceitáveis. Este quadro era inexistente para grande maioria dos Estados pós-coloniais.

As potências europeias produziram a cartografia política da África traçando fronteiras sobre espaços étnicos e culturais ainda pouco conhecidos. O traçado das fronteiras apoiou-se em linhas geométricas ou acidentes naturais. A primeira dessas categorias consistiu em limites baseados em meridianos e paralelos ou projeções retilíneas da desembocadura dos rios. No Magreb, sobretudo nas zonas desérticas, frequentemente, usou-se meridianos e paralelos como referência para a delimitação fronteiriça. A segunda baseou-se nos cursos dos rios ou nos divisores da água. De



modo geral, os divisores de água foram preferidos, pois as potências europeias procuravam controlar inteiramente os vales dos rios, que serviam como eixos de penetração colonial.

Durante o período colonial, as metrópoles produziram divisões administrativas no interior dos seus territórios. Tais divisões tinham, quase sempre, funções práticas ligadas à distribuição das forças militares coloniais ou ao controle das cidades e enclaves de mineração. Desse modo, os europeus inventaram territórios que não tinham legitimidade nas experiências históricas africanas. Os Estados africanos independentes, que surgiram no pós-guerra, herdaram as linhas de limites traçadas neste processo.

Ainda hoje, as fronteiras africanas correspondem, quase sempre, aos limites coloniais e administrativos europeus, o que implica problemas de legitimidade e estabilidade:

Uma revisão rigorosa das operações de renegociação pós-colonial dos traçados de limites, pelos Estados que se tornaram soberanos, mostra que no período 1960-85 apenas 13% da extensão total faz fronteiras foram discutidos. [...] Os acordos pós-coloniais são pouco numerosos. Daí decorre que essas fronteiras permanecem, na grande maioria herdadas e, nesse sentido, soa ainda pouco “africanas”: essa propriedade não designa apenas os traçados geográficos ou a sua origem, mas também o seu estatuto. É por isso que a fórmula “fronteiras herdadas da colonização” não remete apenas a um fato histórico evidente ou a uma constatação estabelecida com fins mais ou menos críticos ou explicativos, mas também e, sobretudo a um princípio de legitimidade.¹⁵

A Europa ou nunca entendeu a África ou deixou de entendê-la. A impressão é que africanos entendem melhor a Europa, do que europeus entendem a África. Pois os africanos não se podem dar ao luxo de não entender a Europa. Há um ditado, frequentemente repetido nos Estudos Africanos de caráter crítico, que diz: “Enquanto a história da caça ao leão for contada pelos caçadores, os leões serão sempre perdedores”. O pouco de história de África que os europeus conhecem é a história do caçador, a história europeia de África, e enquanto isto não mudar a África só confirmará aos europeus o que supostamente “sabem” dela.

Considerações Finais

¹⁵ FOUCHER, *Fronts et frontières*, p. 167.



Como estabelecer discursos menos equivocados sobre a África? O início para a formulação de uma resposta nos remete a outra questão. A ideia de ponto de vista epistemológico (*standpoint epistemology*) foi inventada para indicar a importância de o pesquisador tentar colocar-se no lugar do “objeto” de estudo, mormente quando este faz parte de outra cultura. A rigor, não se consegue pensar a partir do outro, porque é impossível pensar pelo outro. Sempre inevitavelmente interpreta-se a partir de nossa perspectiva de leitura, que é cultural e ideológica, mas o esforço para se colocar no lugar do outro deve ser uma perspectiva metodológica:

[...] o relativismo cultural é, antes de mais nada e sobretudo, um procedimento antropológico interpretativo – ou seja, metodológico. Ele não consiste no argumento moral de que qualquer cultura ou costume é tão bom quanto qualquer outro, se não melhor. O relativismo é simples prescrição de que, para que possam tornar-se inteligíveis, as práticas e ideais de outras pessoas devem ser re-situadas em seus contextos históricos, e compreendidas como valores posicionais no campo de suas próprias relações culturais, antes de serem submetidas a juízos morais e categóricos de nossa própria lavra. A relatividade é a suspensão provisória dos próprios juízos de modo a situar as práticas em pauta na ordem cultural e histórica que as tornou possíveis. Afora isso, não se trata de forma alguma de uma questão de advocacia.¹⁶

A concepção essencial da presente pesquisa pressupõe, antes de tudo, que, por trás das diferenças aparentes entre as sociedades africanas, construiu-se uma uniformidade subjacente às culturas do continente; e essa construção, ao longo dos séculos mais recentes, se deu no mundo exterior ao próprio continente. Com uma enorme dimensão territorial, uma profundidade histórica das sociedades que ali se encontram e sua conseqüente variabilidade sociocultural, a África constitui uma região geopolítica. Diante disso, são enfatizados, sobretudo: a discussão das questões relativas ao encontro sociocultural entre europeus e africanos e os temas decorrentes desse processo histórico. Sublinham-se, aqui, o colonialismo e a constituição dos Estados Nacionais africanos.

Pensar a África requer também pensar o mundo e, em particular, a geohistória das relações étnico-raciais, por exemplo, a partir das narrativas subalternas. Em outubro de 2009, a escritora nigeriana Chimamanda Adichie proferiu uma conferência bastante instigante a respeito do perigo de uma história única e da necessidade de se contarem e se ouvirem diversas histórias para evitar a simplificação dos

¹⁶ SAHLINS, Marshall. *Esperando Foucault, ainda*. São Paulo: Cosac Naify, 2004, p. 59.



estereótipos.¹⁷ Em “The danger of a single story” (O perigo de uma história única), Chimamanda Adichie joga luz sobre uma nova interpretação acerca da história da presença europeia em África entre o começo da Modernidade e meados do século XX. Portanto, torna-se fundamental transgredir, por meio de argumentações críticas, contra as “verdades permitidas” e as “histórias únicas”, construindo um “olhar do mundo” diferente daquele que enfatizou, por séculos, a redução discursiva da África à categoria de um território de miseráveis no âmbito da cultura e da economia.

Narrativas contemporâneas parecem deslocar o olhar hegemônico, permitindo que se veja de um novo ponto de vista aquilo que estava ali durante todo o tempo. Trata-se, pois, de desafiar construções sociais étnico-raciais. Isso se aplica, por exemplo, às narrativas de experiências de racismo e, também, de outras que possibilitam o acesso à diversidade, em oposição à homogeneização.

Muitas vezes, no caminho empreendido na pesquisa, ainda buscou-se certa desfamiliarização com relação às perspectivas canônicas, provocando uma visão a partir de ângulos inusitados. Ao mesmo tempo em que se desconstroem representações, foram reconstruídas algumas delas. Nesse processo, trabalhou-se “para entender a geografia como uma série de apagamentos e sobre-escrituras [...] para a reconstituição ou reinvenção do mundo de pontos de vista nativos e não eurocêntricos”.¹⁸

Segundo Massey os estudos no campo da História tendem a fixar o sentido de espaço ora como o antagonico de tempo, em particular ao defini-lo como uma estrutura atemporal; ora o confundindo com o tempo quando o adjetivam de “avançado”, “atrasado”, “em desenvolvimento”.¹⁹ Nessa última perspectiva, as diferenças espaciais estão sendo imaginadas como temporais.

É impossível pensar o espaço como uma identidade que o difere de tempo e que permite, simultaneamente, articular os sentidos desses dois conceitos de forma que o resultado dessa hibridização seja significado como produtor da diferença no âmbito da dimensão social.

¹⁷ ADICHIE, Chimamanda Ngozi. *The danger of a single story*. [S. l.]: TED, jul. 2009. 1 vídeo (18min32s). Disponível em: https://www.ted.com/talks/chimamanda_ngozi_adichie_the_danger_of_a_single_story. Acesso em: 11 jul. 2026.

¹⁸ MASSEY, Doreen. *Pelo espaço: uma nova política da espacialidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008, p. 164.

¹⁹ MASSEY, *Pelo espaço*.



Compreender o espaço e o tempo africano possibilita articular a espacialidade, a temporalidade e a dimensão social para perceber o universo de entrelaçamentos existentes entre eles. Então, pode-se combater o racismo, em primeiro lugar, por meio do entendimento da ideia de sistema relacional. Para tal, é necessário romper com a noção de centralidade: o sentido em torno de qualquer centro – ou seja, não existe uma cultura superior, uma civilização principal ou uma religião mais próxima da verdade.

Essa abordagem opera com uma teoria do discurso que sustenta a heterogeneidade como constituinte apenas social, reafirmando que os elementos do social não preexistem, mas se constituem por meio dele. Afirmar que o “ser” das coisas deste mundo é relacional pressupõe reconhecer que nenhum ato de significação é possível para um sistema de diferenças. Afinal, algo é o que é somente por meio das relações diferenciais com algo diferente. Por isso, ir ao sentido do encontro é o primeiro passo para os diálogos e para as transformações emancipatórias.

Referências bibliográficas

BERNAT, Isaac. *Encontros com o griot Sotigui Kouyaté*. São Paulo: Pallas, 2013.

ECO, Umberto. *Como se faz uma tese*. 27.ed. revista e aumentada. São Paulo: Perspectiva, 2019.

RELPH, Edward. Reflexões sobre a emergência, aspectos e essência de lugar. In: MARANDOLA JR., Eduardo; HOLZER, Werther; OLIVEIRA, Livia (org.). *Qual o espaço do lugar?: Geografia, epistemologia, fenomenologia*. São Paulo: Perspectiva, 2012, p. 17-32.

MARANDOLA JR., Eduardo. Lugar e lugaridade. *Mercator*, Fortaleza, v. 19, p. e19008, 2020.

MARTINS, Leda Maria. A oralitura da memória. In: FONSECA, Maria Nazareth Soares (org.). *Brasil Afro-Brasileiro*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000, p. 61-86.

TEIXEIRA, Rodrigo Corrêa. África: memória e projeções de desenvolvimento. *Conjuntura Internacional*, Belo Horizonte, v. 16, n. 2, p. 2-6, 2019.

FOUCHER, Michel. *Fronts et frontières: un tour du monde géopolitique*. Nouvelle édition entièrement refondue. Paris: Fayard, 2005.

RAFFESTIN, Claude. *Por uma Geografia do poder*. São Paulo: Ática, 1993.

DÖPCKE, Wolfgang. A vinda longa das linhas retas: cinco mitos sobre as fronteiras na África Negra. *Revista Brasileira de Política Internacional*, [S. l.], v. 42, n. 1, p. 77-109, 1999.

LOPES, Nei. *Dicionário da Antiguidade Africana*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

WATSON, Adam. *A evolução da sociedade internacional: uma análise histórica comparativa*. Brasília: Editora UnB, 2004.

WESSELING, Henk. *Dividir para dominar: a partilha da África, 1880-1914*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1998.

BRUNSCHWIG, Henri. *A partilha da África Negra*. São Paulo: Perspectiva, 1974.

SAHLINS, Marshall. *Esperando Foucault, ainda*. São Paulo: Cosac Naify, 2004.

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. *The danger of a single story*. [S. l.]: TED, jul. 2009. 1 vídeo (18min32s). Disponível em: https://www.ted.com/talks/chimamanda_ngozi_adichie_the_danger_of_a_single_story. Acesso em: 11 jul. 2026.



MASSEY, Doreen. *Pelo espaço: uma nova política da espacialidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

Epistemic violence, colonialities and borders in Africa: knowledge, powers and territories

ABSTRACT: Epistemic violence and coloniality have profoundly shaped African knowledge, power, and territories. Historically, since the formation of the Modern World-System, elements of Eurocentric knowledge have disqualified and subordinated African cosmologies, ontologies, and epistemologies. This domination was not limited to the intellectual realm but unfolded into power structures that redefined borders and fragmented ancestral territories, while simultaneously shaping new configurations: nature transformed into widely exploitable natural resources, established pathways for the draining of human beings and goods extracted through plunder over centuries. The arbitrary borders of the colonial period, for example, were used both from the perspective of “divide and conquer” and from the perspective of “aggregate and dominate”. In other words, traditional configurations of the organization of people and lands, societies and territories, were disrupted, and hegemonic systems were imposed. However, beyond the instruments of control and exploitation, there was continuous survival, resistance, and existence of African agency in search of the autonomy stolen from subalternized knowledge, assuming a decolonizing role of hegemonic thought, anchored in multiple colonialities, opening paths for redefinitions of identities and territories, in dialogue with ancestries, but also articulated with other possibilities of existence, necessary for the emancipations of the 21st century.

Keywords: Africa; epistemic violence; coloniality; borders; Pan-Africanism.

Violencia epistémica, colonialidades y fronteras en África: saberes, poderes y territorios

RESUMEN: La violencia epistémica y las colonialidades han moldeado profundamente el conocimiento, el poder y los territorios africanos. Históricamente, desde la formación del Sistema-Mundo Moderno, elementos del conocimiento eurocéntrico han descalificado y subordinado las cosmologías, ontologías y epistemologías africanas. Esta dominación no se limitó al ámbito intelectual, sino que se desplegó en estructuras de poder que redefinieron fronteras y fragmentaron territorialidades ancestrales, a la vez que moldearon otras configuraciones: la naturaleza transformada en recursos naturales ampliamente explotables, la imposición de vías para el drenaje de seres humanos y bienes extraídos mediante el saqueo a lo largo de siglos. Las fronteras arbitrarias del período colonial, por ejemplo, se utilizaron tanto desde la perspectiva de “dividir para vencer” como desde la de “agregar para dominar”. En otras palabras, se trastocaron las configuraciones tradicionales de pueblos y tierras, sociedades y territorios, y se impusieron sistemas hegemónicos. Sin embargo, más allá de los instrumentos de control y explotación, persistieron la supervivencia, la resistencia y la existencia de la agencia africana en pos de la autonomía robada del conocimiento subalternizado. Esta asume un papel descolonizador del pensamiento hegemónico, anclado en múltiples colonialidades, abriendo caminos para la redefinición de identidades y territorios, en diálogo con las ancestralidades, pero también articulado con otras posibilidades de existencia, necesarias para las emancipaciones del siglo XXI.

Palabras clave: África; violencia epistémica; colonialidad; fronteras; panafricanismo.



Violences épistémiques, colonialités et frontières en Afrique: savoirs, pouvoirs et territoires

RÉSUMÉ: La violence épistémique et la colonialité ont profondément façonné le savoir, le pouvoir et les territoires africains. Historiquement, depuis la formation du système-monde moderne, des éléments du savoir eurocentrique ont disqualifié et subordonné les cosmologies, les ontologies et les épistémologies africaines. Cette domination ne s'est pas limitée au domaine intellectuel, mais s'est déployée dans des structures de pouvoir qui ont redéfini les frontières et fragmenté les territoires ancestraux, tandis que d'autres configurations émergeaient: la nature transformée en ressources naturelles largement exploitables, des voies imposées pour l'exode des êtres humains et des biens extraits par le pillage au fil des siècles. Les frontières arbitraires de la période coloniale, par exemple, ont été utilisées à la fois dans une optique de "diviser pour régner" et de "consolider pour dominer". Autrement dit, les configurations traditionnelles des peuples et des terres, des sociétés et des territoires ont été bouleversées et des systèmes hégémoniques ont été imposés. Cependant, au-delà des instruments de contrôle et d'exploitation, la survie, la résistance et l'existence de l'action africaine ont été constantes, à la poursuite de l'autonomie volée du savoir subalternisé. Elle assume un rôle décolonisateur de la pensée hégémonique, ancrée dans de multiples colonialités, ouvrant la voie à une redéfinition des identités et des territoires, en dialogue avec les ancêtres, mais aussi articulée à d'autres possibilités d'existence, nécessaires aux émancipations du XXI^e siècle.

Mots clés: Afrique; violence épistémique; colonialité; frontières; panafricanisme.